

OBSERVATÓRIO DO TERCEIRO SETOR DO RIO GRANDE DO SUL: Relato e reflexão sobre uma iniciativa voltada para qualificação da gestão das políticas públicas.

Ana Lúcia Suárez Maciel
Rosa Maria Castilhos Fernandes

Resumo: O artigo objetiva socializar a experiência vivenciada durante o processo de concepção e implantação do projeto intitulado Observatório do Terceiro Setor (OTS) no Rio Grande do Sul, estrutura vinculada à área de Desenvolvimento Social da Fundação Irmão José Otão. A criação de uma estrutura dessa natureza decorre da frágil sistematização de dados acerca do perfil, modelo de gestão e da avaliação da atuação das organizações de Terceiro Setor no estado do Rio Grande do Sul e se justifica pelo crescimento acelerado dessas organizações. Esse crescimento impõe a necessidade de sintonia da atuação dessas organizações com as demandas sociais, o que requer transparência no desenvolvimento das suas ações, tendo em vista o caráter público que envolve as suas finalidades. Diante disso, evidenciou-se a necessidade de instituir um espaço que congrega ações de assessoria, articulação, formação e pesquisa, no âmbito do Terceiro Setor gaúcho, a fim de que as ações desenvolvidas pelo mesmo possam estar alinhadas com os princípios que orientam a gestão das políticas públicas. A estrutura do artigo contempla aspectos contextuais da realidade do Terceiro Setor no Rio Grande do Sul e, em seguida, apresenta os eixos de atuação do OTS. Por fim, são apontadas tendências e perspectivas que se apresentam no cenário das organizações de Terceiro Setor no estado do Rio Grande do Sul, inclusive as que se referem ao planejamento futuro do próprio OTS e que são reveladoras da importância de uma estrutura dessa natureza, para qualificar a gestão pública no contexto da esfera pública não-estatal. Palavras-chaves: Observatório do Terceiro Setor, Terceiro Setor, Políticas Públicas. Temática: Gestão Social e Políticas Públicas

Introdução

Este artigo se propõe a socializar e refletir sobre a experiência vivenciada durante o processo de concepção e implantação do projeto intitulado Observatório do Terceiro Setor no Rio Grande do Sul (OTS), estrutura vinculada à Fundação Irmão José Otão (FIJO) e que foi instituído no ano de 2009. A implantação do OTS foi uma iniciativa decorrente do Planejamento Estratégico da FIJO que se propôs a atuar na área de Desenvolvimento Social com o objetivo de colaborar no desenvolvimento e na disseminação de tecnologias de inovação social. Fruto da vinculação da FIJO com a universidade que a criou (referimo-nos à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), o posicionamento estratégico atual da Fundação vem assumindo o desafio de trabalhar com a produção, difusão e aplicação do conhecimento. No âmbito do Terceiro Setor gaúcho, que possui uma atuação histórica significativa, se identificou a necessidade de uma estrutura institucional, com vínculo acadêmico e pertencente ao setor em questão, que pudesse ser uma referência para a sociedade, alimentando-a com informações capazes de revelar o perfil, o modelo de gestão e os impactos da sua atuação. Com base nesse escopo, concebeu-se e implantou-se o OTS que tem como objetivos:

- realizar estudos sobre o Terceiro Setor no Estado no Rio Grande do Sul com foco no mapeamento das organizações e na identificação de tecnologias sociais, com intuito de socializar e subsidiar os órgãos gestores das políticas sociais públicas nos seus processos de gestão com propostas de ação sintonizadas com as demandas sociais da sociedade gaúcha;

Gestão Social e Gestão Pública: Interfaces e Delimitações

- mapear tecnologias sociais de caráter inovador no contexto das organizações de Terceiro Setor, com o intuito de favorecer a socialização, a reaplicação e disseminação de experiências sustentáveis no âmbito da Gestão Social Pública;
- contribuir com a qualificação dos agentes que atuam nesse contexto, através de ações de assessoria às suas demandas, bem como de promoção de processos formativos.

Para o desenvolvimento do referido projeto, um conjunto de ações vem sendo operacionalizadas, entre elas, destaca-se a articulação de parcerias junto aos interessados em deflagrar no estado do Rio Grande do Sul um processo crítico de monitoramento e avaliação das iniciativas das organizações do Terceiro Setor, superando as investigações quantitativas e incidindo na apreensão de informações qualitativas que apontem caminhos para resolução efetiva das demandas sociais. Além disto, o OTS se ancora na perspectiva de realizar estudos acerca das inúmeras iniciativas gaúchas que vem incidindo na realidade social. Ao conhecermos projetos e, possivelmente, tecnologias sociais inovadoras, nosso desafio estará em disseminar e contribuir com a socialização das mesmas, para que diferentes organizações possam se apropriar de experiências que contribuem com o desenvolvimento sustentável da população gaúcha.

Através do OTS, serão colocadas à disposição da sociedade gaúcha, em especial de suas representações coletivas e comunitárias, incluindo os conselhos de controle social e os gestores governamentais das políticas públicas, informações e análises que visam colaborar para uma atuação mais efetiva e propositiva de suas lideranças e gestores na construção de uma sociedade democrática, participativa e com justiça social que possa incidir na melhoria das condições de vida da população local.

Na estrutura deste texto, apresentamos os aspectos contextuais da temática, os eixos de atuação que representam os desdobramentos das iniciativas estratégicas do OTS e algumas tendências e perspectivas que se apresentam no cenário das organizações de Terceiro Setor no estado do Rio Grande do Sul, bem como, para as ações futuras do OTS da FIJO.

Pilares Contextuais do Observatório do Terceiro Setor no Rio Grande do Sul

O contexto em que se insere a atuação do Terceiro Setor no Brasil e, conseqüentemente, no Rio Grande do Sul está, diretamente, relacionado ao modelo de gestão social que o Estado brasileiro vem adotando, especialmente a partir da última década do século XX até os dias de hoje. Esse modelo tem demonstrado que há uma clara opção por partilhar as demandas sociais que emergem da questão social junto aos demais setores da sociedade, conformando um novo modelo de gestão social – a gestão pública. Esta última passa a ser compreendida como o conjunto de ações vinculadas às organizações do Estado, do Mercado e da Sociedade Civil que tem como objeto comum a “coisa pública” sem, no entanto, significar que seja sinônimo de estatal, mas de interesse público.

O Terceiro Setor, foco do OTS, é um campo polêmico e heterogêneo, do qual fazem parte um conjunto de entidades de iniciativa privada e sem fins lucrativos que possuem em comum, fundamentalmente, os propósitos públicos. Portanto, esse setor tem incidido no campo das políticas públicas, através da operacionalização de projetos, programas e/ou serviços que buscam a concretização dos direitos sociais, sendo necessário apreender a lógica que movimenta a sua atuação.

O estado do Rio Grande do Sul tem sido palco de inúmeras iniciativas que tem incidido na atuação do Terceiro Setor. No âmbito da Secretaria de Justiça e Desenvolvimento Social (SJDS) do Rio Grande do Sul, podemos citar a criação da Rede Parceria Social que vem operando um novo modelo de gestão social em que Estado, empresas e Terceiro Setor se articulam e se

propõem a atender inúmeras demandas sociais. A Rede é formada, atualmente, por 164 organizações do Terceiro Setor e se constitui numa iniciativa que objetiva o desenvolvimento de projetos sociais no Estado, abrangendo diversas áreas da assistência social, através da Lei da Solidariedade¹ que estimula empresas a destinar recursos para entidades assistenciais, permitindo que 75% dos recursos destinados sejam oriundos de até 3% do ICMS pago pelas empresas.

A existência de uma Associação Rio-Grandense de Fundações, criada em 1995, para fortalecer, congregar e orientar às Fundações do estado e de um Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Terceiro Setor que discute temas atinentes ao setor são iniciativas que evidenciam o desenvolvimento do mesmo no estado do Rio Grande do Sul.

Aliando-se à atuação das organizações citadas, destacam-se as iniciativas de investigação sobre o Terceiro Setor, oriundas de diferentes segmentos: acadêmico, estatal e da sociedade civil, que vem desenvolvendo estudos e mapeamentos das entidades não governamentais no território nacional. No Brasil, se pode constatar, por meio da segunda edição da pesquisa intitulada: “Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos” - FASFIL, que no ano de 2008, o número de fundações privadas e associações sem fins lucrativos cresceram 22,6%, passando de 276 mil para 338 mil em todo país. Na primeira edição da pesquisa, a FASFIL destacou o crescimento de 157% do número de fundações privadas e associações sem fins lucrativos entre os anos de 1996 e 2002. Tal constatação demonstra uma queda do percentual do crescimento dessas organizações, confirmando que a década de 1990 a 2000 foi um marco no que diz respeito ao crescimento acelerado do Terceiro Setor (BORDIN, 2009).

Outra pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no ano de 2006, sobre as entidades de Assistência Social Privadas Sem Fins lucrativos, teve como objetivo fornecer aos órgãos gestores de políticas públicas, informações detalhadas sobre a oferta destes serviços no Brasil, com o intuito de subsidiar a implantação do Sistema Único de Assistência Social. A análise realizada junto às entidades, que se declararam como prestadoras de serviços de assistência social demonstram que um percentual significativo de entidades que recebem financiamento público das esferas municipal, estadual ou federal, como se pode constatar nos dados coletados junto a 8.964 mil das entidades pesquisadas, são organizações de Terceiro Setor. Destas entidades, 3.631 mil (22,6%) se localizam na Região Sul e 1.199 (7,4%) no estado do Rio Grande do Sul (BRASIL, 2007).

Ainda, citando como exemplo o campo da assistência social, existem estimativas (BORDIN, 2009) de que 248 entidades de Terceiro Setor são conveniadas com a Fundação de Assistência Social e Cidadania, órgão gestor das políticas de assistência social no município de Porto Alegre. Essas entidades desenvolvem em torno de 750 programas diferentes, a saber: Programa Família; Programa de Erradicação de Trabalho Infantil; Bolsa Família; Programa de Serviço de Apoio Socioeducativo; Programa de Atenção ao Idoso, entre outros, atendendo às diferentes necessidades sociais. Trazendo o exemplo da capital do estado do Rio Grande do Sul, pode-se perceber o quanto se faz necessário estudar os impactos sociais ocasionados pelo conjunto das ações sob responsabilidade do Terceiro Setor, tendo em vista que essas ações se traduzem em políticas públicas que se propõem a garantir direitos sociais, lançando mão da parceria com as organizações que compõem a esfera pública não-estatal.

Além disso, no cenário contemporâneo marcado pela “chamada” crise do capital e, com ela, a necessária revisão acerca do papel do Estado, as entidades do Terceiro Setor deverão ser capazes de desenvolver estratégias para fazer frente, tanto ao impacto que a crise financeira mundial pode causar ao seu funcionamento, quanto dar respostas às necessidades sociais emergentes. As entidades do Terceiro Setor vêm percebendo, igualmente, os efeitos da crise que

configura um novo cenário, complexo e incerto, que se caracteriza pelo: agravamento das necessidades sociais, tendência da redução dos recursos públicos e privados, mudanças nas prioridades dos agentes envolvidos, dando ênfase não mais as prioridades dos financiadores, mas garantindo a coerência com a missão organizacional (VIDAL, 2008).

Com base nos dados do contexto de atuação do Terceiro Setor e das pesquisas sobre o tema, há indicadores concretos que comprovam o crescimento dessas organizações e o compartilhamento na gestão das políticas públicas, tornando-se premente construir espaços que promovam a discussão acerca da atuação dessas organizações. Além disso, a necessidade de instaurarmos processos de observação, monitoramento e avaliação das iniciativas das organizações que compõem o Terceiro Setor, para que possam ser revelados os impactos sociais resultantes do conjunto de ações desses segmentos, tornam-se prementes dadas à natureza e o compromisso desse setor.

A instauração do OTS na FIJO surge como uma proposta que nasce no interior de uma organização de Terceiro Setor, alicerçada no vínculo acadêmico com a sua instituidora, podendo vir a se constituir em um espaço de produção de conhecimentos e de articulação de diferentes saberes. Com o OTS, a FIJO pretende sistematizar e compartilhar o conhecimento acerca da atuação do Terceiro Setor no estado do Rio Grande do Sul, favorecendo, assim, o planejamento de trabalhos comprometidos com a qualidade dos serviços prestados com fins públicos e com a partilha e disseminação de conhecimentos.

É importante destacar que esta iniciativa não é fruto de um esforço isolado da FIJO, mas parte de um conjunto de iniciativas coletivas, expressas pelo reconhecimento da existência de núcleos, fóruns e conselhos oriundos da sociedade civil e, até mesmo, dos governos locais que vêm desenvolvendo um conjunto de ações em prol do desenvolvimento local e da qualidade dos serviços públicos prestados. Nesta lógica, o Observatório pretende somar-se a essas iniciativas, estruturando um espaço viabilizador da necessária articulação de alianças e redes de parceiros que possuam convergência com o interesse em desenvolver ações sintonizadas com as demandas da esfera pública em prol do desenvolvimento social e, em última instância, comprometido com a superação das desigualdades sociais que marcam a trajetória histórica da sociedade em que vivemos.

A seguir, apresentaremos os eixos de atuação do OTS, com o intuito de compartilhar os processos de trabalho que vem sendo desencadeados no mesmo, a fim de que os objetivos a que se propõe possam ser atingidos.

Os Eixos de Atuação do Observatório

O OTS possui quatro eixos de atuação que tem orientado as ações em desenvolvimento, quais sejam: Pesquisa, Assessoria, Formação e a Articulação da Rede de Tecnologia Social.

Sobre a Pesquisa

A pesquisa reconhecida como atividade básica das ciências na sua indagação e desvelamento da realidade, permite alimentar a atividade de ensino e produção do conhecimento por meio de um processo de atualização frente à realidade do mundo, vinculando pensamento e ação (MINAYO, 2006).

No OTS pesquisar significa mover-se no sentido de um conhecimento inovador na respectiva área em que se identifica, configurando “uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente” (MINAYO, 2006, p.23).

As mudanças pertinentes ao chamado Terceiro Setor e o papel que vem desempenhando na condução da gestão das políticas públicas no cenário brasileiro são motivos suficientes para a realização de uma investigação que nos aproxime desta realidade.

A direção social das investigações reside nos significados atribuídos a partir de diferentes perspectivas de pensamento e concepções dos próprios pesquisadores. Esses significados incidem na importância da interpretação da realidade, de suas manifestações e da construção do processo que particulariza os fenômenos em determinado espaço temporal ou geopolítico, pois as análises englobam concepções epistemológicas diferentes que veiculam valores e interesses no esforço de interlocução com a totalidade e o conhecimento historicamente acumulado.

Neste sentido, convergem de forma conjugada a visão dos pesquisadores, os saberes acumulados e as informações dos participantes num movimento que mobiliza para discussões, problematizações e encaminhamentos que resultam no que se denomina “Estudo sobre o Terceiro Setor no Estado do Rio Grande do Sul – ETSul”. Nesta dimensão de conhecer, procura-se no OTS trabalhar com os fatos e achados da pesquisa de maneira que possa “aprofundar tanto quanto possível a análise, e não para conhecê-los apenas de forma sumária, a partir de uma primeira apresentação. Priorizamos não os fatos épicos, os fatos de grande dimensão, mas aqueles que estão mais próximos do sujeito e que repercutem diretamente, na sua vida” (MARTINELLI, 1999, p. 22).

É esta dinâmica que caracteriza o estudo, pois ao mesmo tempo em que desloca e envolve os sujeitos que investigam em realidades diferentes, “tem por objetivo trazer a tona o que os participantes pensam a respeito do que está sendo pesquisado” (MARTINELLI, 1999, p. 22), ou seja, àquilo que é significativo num mundo que é próprio de suas concepções e particularidades de experiências, em especial, as vivenciadas no Terceiro Setor.

Entre as etapas do processo de pesquisa, destaca-se: o mapeamento e cadastramento das organizações que atuam no Terceiro Setor, através de pesquisas e contatos institucionais, para levantar e cadastrar as organizações, inicialmente na Região da Micro Porto Alegreⁱⁱ. Neste processo de cadastramento nos interessou obter algumas informações que tem fornecido uma caracterização geral das organizações no estado; a elaboração e aplicação do questionário referente ao ETSul que já se encontra disponível no site da FIJO (www.fijo.org.br); o diagnóstico situacional do desenvolvimento do Terceiro Setor no Rio Grande do Sul e o monitoramento (do processo) e avaliação de serviços, programas e projetos (de efetividade e impacto) como insumo para a gestão social e para a disseminação de tecnologias sociais.

Por ora, interessa informar que o estudo mencionado iniciou-se em novembro de 2009 quando foi disponibilizado *on-line* e iniciamos o processo de mobilização e sensibilização das organizações locais que pela complexidade da dimensão e universo vem se processando gradualmente, pois ao mesmo tempo em que muitas já estão acessando o estudo e respondendo ao questionário, outras ainda estão sendo contatadas e convidadas a participar deste processo investigativo.

Sobre o mapeamento e cadastramento das organizações que atuam no Terceiro Setor foi possível identificar as organizações do Terceiro Setor, inicialmente na Região da Micro Porto Alegre, bem como, as 369 Fundações do Estado do Rio Grande do Sul, as entidades pertencentes a Rede de Parceria Social, programa vinculado a Secretaria de Justiça e Desenvolvimento Social do estado e, também, às 34 entidades vinculadas à Rede de Tecnologias Sociais (RTS). Como exemplos, de organizações cadastradas no OTS, podemos citar: Fundações do Rio Grande do Sul: 369; OSCIP (Federal): 235; Organizações de Utilidade Pública Federal: 911; SJDS- Rede de Parceria Social – RPS:164; Porto Alegre: FMDCA: 443; Creches Conveniadas com a Secretaria municipal de Educação(dado referente ao mês de março de 2009):176; Conselho Municipal de

Assistência Social - CMAS (dado referente ao mês de novembro de 2008): 363; FUNCRIANÇA: 447; 21 Municípios da Micro Região de POA: 1.115; perfazendo um total de 4.223 cadastros no banco do OTS.

Quanto ao questionário utilizado para o estudo do OTS, entendemos que o mesmo poderá se constituir em um instrumento democrático de monitoramento e avaliação a ser adotado pelas organizações do Terceiro Setor e pelos órgãos governamentais, para que possam realizar estudos, diagnósticos e, assim, planejar de forma estratégica suas ações, inovando e superando as dificuldades inerentes ao processo de gestão no setor.

Sobre a Formação

Toma-se aqui a concepção de formação como um processo em que os sujeitos históricos inserem-se, ingênua ou criticamente num incessante processo de formação. A educação, como formação, como processo de conhecimento, de ensino e de aprendizagem, foi incorporada na vida dos seres humanos, à sua natureza. (FREIRE, 2003). O cenário atual e as prementes transformações sociais e tecnológicas criaram novos espaços de conhecimentos, que deflagram a interdependência entre os diferentes espaços sociais, tais como, o domiciliar, o escolar e o de trabalho, o que nos remete a romper com a idéia de tempo próprio para aprendizagem. Assim, o espaço-tempo, escolhido nessas reflexões, é aquele de uma prática educativa que não ocorre somente na escola formal, mas de uma prática educativa vivenciada pelos trabalhadores, gestores e cidadãos que participam das atividades do OTS e, dependendo das situações, podem refletir criticamente sobre os processos de trabalho em que estão inseridos, sobre o modo de gestão das políticas que desenvolvem, o que poderá contribuir com as inovações tão necessárias para a construção de conhecimentos frente à realidade social contemporânea.

As iniciativas que contribuem com os processos de formação no OTS se dão a partir da relação da formação com as situações vivenciadas pelos cidadãos e gestores das organizações do Terceiro Setor, enfocando uma dimensão fundamental na perspectiva de uma educação para a cidadania. Há um reconhecimento da importância de revalorizar o potencial formativo das situações de trabalho, das experiências comunitárias, dos processos de implementação de projetos sociais, das participações nas ações de controle social, enfim, das experiências que propiciam a produção de estratégias, de dispositivos e de práticas de formação que valorizam fortemente a aprendizagem por via experiencial e o papel central de cada sujeito num processo de autoconstrução como pessoa, como profissional, como cidadão e gestor de políticas públicas.

Uma das atividades instituídas, a partir desta perspectiva, no OTS se denomina *Ciclo de Debates*, desenvolvida com periodicidade mensal e com o objetivo de promover a reflexão sobre as diferentes formas de atuação das organizações da sociedade civil, visando a interlocução do saber popular e do saber acadêmico e, ainda, desencadear um processo formativo abordando temáticas que contribuam com a consolidação das redes sociais que favoreçam o desenvolvimento local.

Outra iniciativa que vem sendo desenvolvida na FIJO é a oferta de espaços de formação continuada, em parceria com a universidade, e que se materializa na formação de alunos de graduação, através da realização de estágio curricular, e de pós-graduação, através da oferta de um Curso de Especialização em Gestão no Terceiro Setor.

A criação de espaços permanentes de formação na FIJO, para que os interessados possam participar de grupos de estudos, pesquisas, capacitações, entre outras metodologias a serem criadas de acordo com as demandas que vierem a se apresentar, é um desafio que se apresenta para o OTS no ano de 2010.

Sobre a Assessoria

O OTS possui uma “agenda de assessoria” que consiste no atendimento a todas aquelas organizações que participarem do estudo sobre o Terceiro Setor como forma de expressão do nosso compromisso ético em socializar a análise dos dados coletados e fazer a devolução, de acordo com cada particularidade organizacional, bem como às necessidades apresentadas pelos gestores. Também existem as situações de assessorias demandadas por gestores municipais e estaduais para a realização de estudos e diagnósticos específicos da realidade local e estadual.

A instauração de processos de assessoria junto a gestores e demais atores governamentais no OTS respalda-se a partir da concepção de que assessoria pode ser entendida como instrumento de aproximação e de acompanhamento junto a trabalhadores, gestores de organizações governamentais e não-governamentais e comunidades no enfrentamento de demandas e desafios que surgem nas dinâmicas das organizações e da gestão social. A utilização da assessoria como instrumento de trabalho, possibilita a constituição de importantes espaços de discussões compartilhadas e de problematização do cotidiano, desencadeando um processo de escuta junto aos trabalhadores e gestores e de contextualização da dinâmica organizacional do Terceiro Setor (Maciel e Fernandes, 2009). Em função do compromisso da FIJO com o desenvolvimento local instauramos um processo de investigação junto às organizações vinculadas à Comissão Regional de Assistência Social (CORAS) da Região Partenon (bairro onde está localizada a FIJO) de Porto Alegre, instância de caráter consultivo e que tem como função propor políticas e acompanhar a implementação das mesmas em suas respectivas regiões. A FIJO, como entidade do Terceiro Setor está vinculada à CORAS-Partenon e se propõe a realizar um estudo junto às organizações pertencentes à Comissão, através da aplicação do questionário do ETSul, entendido como um *recorte do estudo*, a fim de conhecer tais organizações e assim contribuir com articulação da rede social local e a gestão de políticas públicas desenvolvidas na região. Esta ação caracteriza-se como uma assessoria junto à CORAS-Partenon, pois ao apresentarmos o diagnóstico da realidade sócio-organizacional estaremos contribuindo com a efetivação e a resolutividade da política de assistência social na região.

Sobre a Articulação da Rede de Tecnologias Sociais

Em abril do ano de 2009, a FIJO participou da 2ª Conferência Internacional de Tecnologias Sociais, realizada em Brasília, sob coordenação da Rede de Tecnologias Sociais (RTS). Naquela ocasião iniciou-se o processo de mobilização para nos inserirmos na RTS na modalidade de articuladora da mesma para que, de maneira propositiva, pudessemos contribuir com o fortalecimento da Rede rumo à mobilização e disseminação de tecnologias sociais no Estado. Por Tecnologias Sociais se compreende “ produto, técnica ou metodologia reaplicável, desenvolvida na interação com a comunidade. E que represente efetiva solução de transformação social”(RTS, 2009).

Partindo do entendimento do quanto é importante a criação de espaços que permitam a produção de conhecimentos, por meio do diálogo presencial, assim como a troca de experiências e saberes, iniciamos o processo de articulação da Rede que, no Rio Grande do Sul, está composta por 35 organizações, sendo 28 organizações da sociedade civil e 7 instituições de ensino superior. Dado esse coletivo se impôs a necessidade de empreender aproximações, teóricas e práticas, sobre as Tecnologias Sociais; articular esforços, já em desenvolvimento, por um conjunto de atores,

visando tornar público os impactos da atuação desse coletivo junto às políticas públicas do estado e do país.

Um primeiro resultado da articulação da Rede no estado ocorreu em outubro de 2009, quando foi organizada e realizada a I Mostra de Tecnologias Sociais do Estado do Rio Grande do Sul, onde estiveram presentes aproximadamente 120 participantes e socializadas 19 tecnologias sociais. De lá para cá, várias ações se desdobraram e culminaram na criação do Fórum da RTS no Rio Grande do Sul, formado pelas entidades que fazem parte da RTS e que coletivamente planejam as estratégias de ação do mesmo.

Duas outras atividades importantes, referentes à inserção da pauta Tecnologia Social, se materializaram durante o Fórum Social Mundial que ocorreu em Porto Alegre em janeiro de 2010. Uma delas, fomentou a discussão acerca da aproximação entre as Tecnologias Sociais e a Economia Solidária para a construção de um planeta mais justo e solidário, através da realização de um painel intitulado “A interlocução entre as tecnologias sociais e as iniciativas de Economia Solidária” que foi realizado por instituições associadas à RTS e que fazem parte do Fórum Estadual da RTS no RS, sendo a FIJO a instituição articuladora da rede no Estado. O objetivo do encontro foi debater o papel estratégico desta aliança para construção de um novo modelo de desenvolvimento.

A segunda atividade, foi a realização de uma “Reunião Preparatória para a 4ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação (CNCTI)” que acontecerá nos dias 26, 27 e 28 de maio de 2010 em Brasília. A reunião aconteceu na sede da FIJO, contou com mais de 30 participantes, entre representantes da sociedade civil e do poder público, e teve como pauta principal a inserção do debate sobre as Tecnologias Sociais na referida CNCTI.

A interlocução da RTS e o OTS reside na possibilidade de identificação, socialização e partilha de experiências de tecnologias sociais no contexto do Terceiro Setor que apresentam impacto social e resolutividade junto a diferentes demandas sociais em diferentes territórios do estado, para que possamos contribuir com a disseminação do conhecimento e reaplicação destas tecnologias.

Tendências e Perspectivas de um Cenário

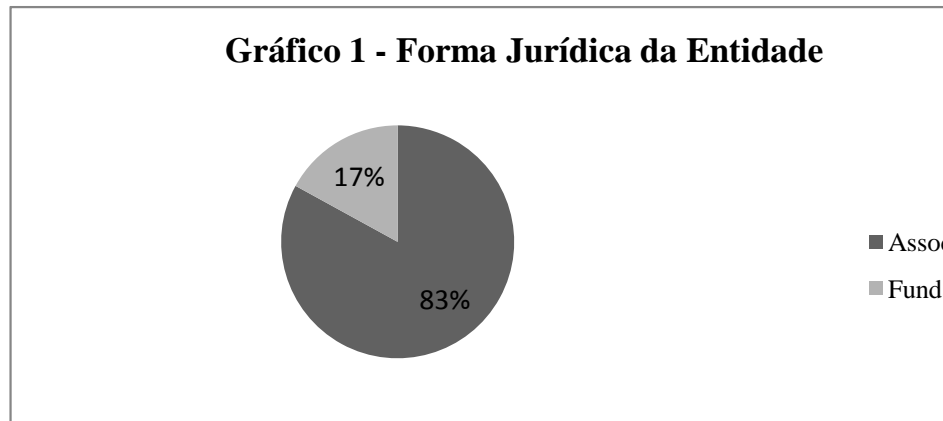
Os caminhos que viemos percorrendo até aqui, tem nos mostrado o quanto é pertinente instaurar processos de monitoramento e avaliação das iniciativas do Terceiro Setor, principalmente quando se tratam de organizações que operacionalizam diferentes políticas públicas e atendem demandas de segmentos específicos da sociedade brasileira que impactam no acesso e garantia dos direitos sociais.

A fim de compartilhar resultados preliminares da atuação do OTS, elegemos alguns dados oriundos do ETSul, referentes a trinta organizações que foram as primeiras a responderem ao questionário que se encontra *on-line* no site da FIJO. Esta é uma amostra ilustrativa e preliminar, pois temos como meta apresentar dois relatórios parciais (nos meses de abril e agosto de 2010) e um relatório final do estudo (no mês de dezembro de 2010). O questionário está dividido em três partes, que tratam respectivamente sobre: a caracterização das organizações, a gestão e os impactos sociais (esta terceira parte, com ênfase no enfoque qualitativo e na identificação de tecnologias sociais).

As reflexões que sistematizamos neste momento nos permitem fazer algumas inferências referentes às tendências e perspectivas do Terceiro Setor no Rio Grande do Sul, assim como as ações a serem desenvolvidas no OTS. Para tanto, a análise aqui realizada de forma sintetizada,

considera apenas alguns aspectos do estudo, quais sejam: a forma jurídica, o foco das políticas sociais, o público beneficiado e a origem dos recursos.

Sobre a forma jurídica das entidades, de acordo com o gráfico nº 1, mais de 80% das organizações que participaram do estudo, até o presente momento, são registradas como associações.

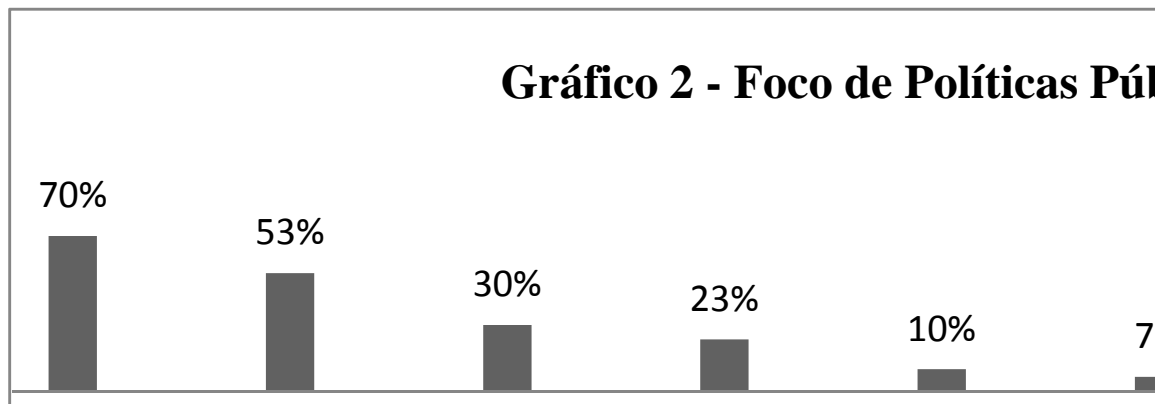


Fonte: ETSul (FIJO, 2010).

Como se pode observar esse cenário discrepante, é também largamente constatado em observações empíricas, fato este que pode ser elucidado ao verificarmos as diferenças normativas e jurídicas entre as entidades associativas e as fundacionais. Sabe-se que a constituição de uma associação é significativamente mais simples que a constituição de uma fundação. Em ambas, o processo se formaliza com o registro da ata que aprova os estatutos e os dirigentes no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas da sede da entidade. No entanto o que distingue fundações e associações é o contexto para o qual elas são criadas, pois “enquanto na constituição de fundações almeja-se a personificação de patrimônio, nas associações o objetivo consiste em congregar esforços para que sejam alcançados objetivos comuns entre os associados” (SPALDING, 2010, p.6).

Outro aspecto que pode explicar o elevado número de associações se refere à fiscalização das ações, tendo em vista que as fundações são fiscalizadas pelo Ministério Público e nas associações esta é feita pelos próprios associados. Desta forma, o rigor operacional e avaliativo das ações desempenhadas pelas entidades difere a partir de sua constituição jurídica.

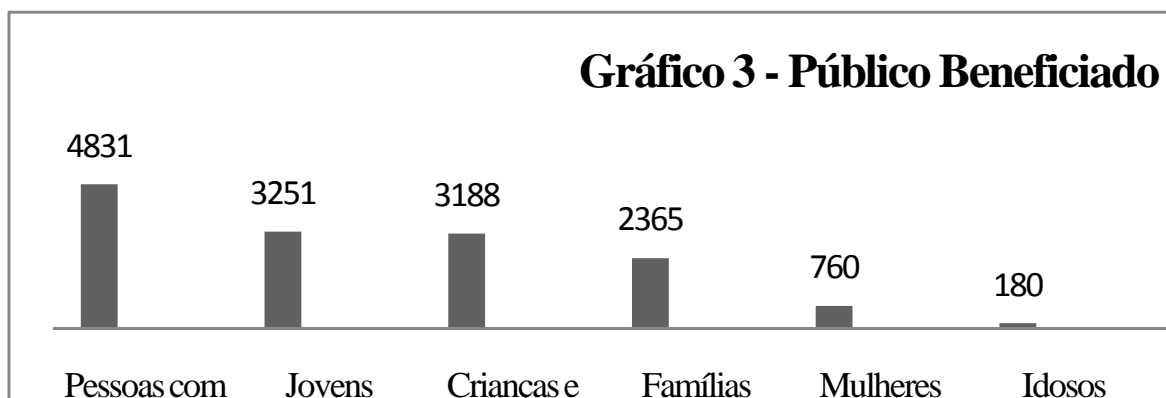
Quanto ao foco das Políticas Públicas, observa-se a prevalência da política de Assistência Social em relação às demais: 70% das entidades que participaram do estudo executam ações nessa área, portanto, atuam no campo da proteção à família, à maternidade, à infância e adolescência e velhice, amparo à população carente, serviço de apoio sócio educativo e a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência, bem como a sua integração à vida comunitária.



Fonte: ETSul (FIJO, 2010).

A incidência de atuação, constatada de organizações, vinculada à gestão da política de assistência social pode estar relacionada à implementação da Política Nacional de Assistência Social no país que, em 2004, estabeleceu um novo reordenamento da mesma, apontando a necessidade de unidade nas ações no âmbito do território nacional e uma graduação de níveis de proteção social balizada pelos indicadores de vulnerabilidade e risco social e expressa na proposta de constituição de um Sistema Único de Assistência Social. Também se observa a predominância das políticas de educação e saúde, seguida da política de cultura que desponta como uma política relevante neste setor.

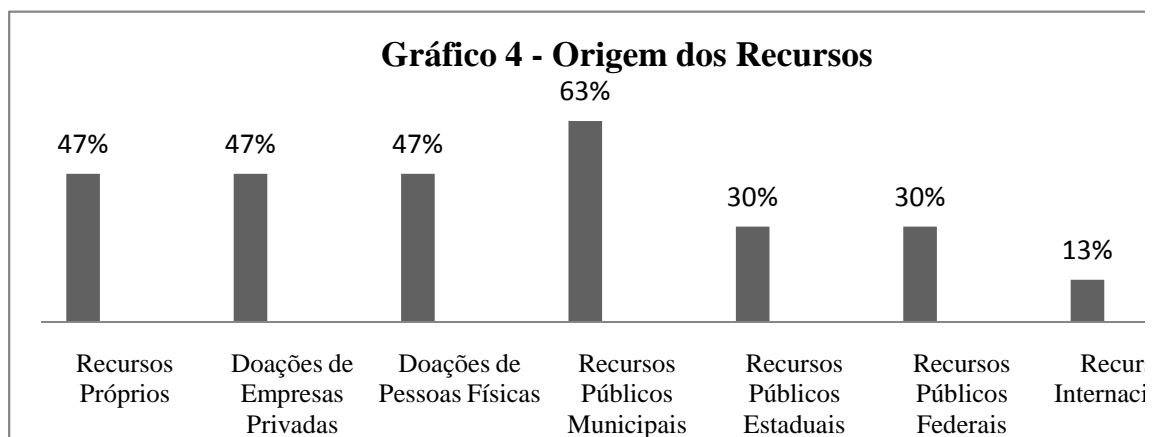
Sobre o público beneficiado pelas iniciativas e políticas desenvolvidas, podemos aferir que o elevado número de pessoas com deficiência (4.831) atendidas pelas organizações, conforme demonstra o Gráfico nº3, sinaliza a retração do Estado no que diz respeito à gestão das políticas voltadas para esse segmento populacional e, também, o importante papel das organizações do Terceiro Setor na luta pelos direitos deste grupo específico da população.



Fonte: ETSul (FIJO, 2010).

Ao analisar o Gráfico nº3, que trata da população beneficiada, se percebe o quanto as organizações estão desenvolvendo ações voltadas ao atendimento das necessidades das crianças, adolescentes e jovens, perfazendo um total de 6.439 pessoas atendidas. Esses ciclos de vida são alvos de diferentes programas e projetos sociais instituídos atualmente no país, sobretudo, em função das lutas sociais dos movimentos da sociedade civil em defesa dos direitos das crianças e jovens brasileiros. Embora as organizações se definam por um atendimento específico a um determinado público, acabam por agregar outros grupos com diferentes necessidades, tais como advindas das famílias, dos idosos, das pessoas em situação de rua e das próprias organizações não - governamentais. Esta última está sinalizada no gráfico no item “outros”, pois aparece como público beneficiado de algumas organizações não governamentais que atuam no campo de gestão e assessoria a estas entidades.

Um aspecto polêmico e fundamental de ser tratado nos estudos sobre o Terceiro Setor se refere à origem dos recursos que advêm da esfera pública governamental ou das iniciativas privadas. Todas as entidades que participam deste estudo referiram receber pelo menos um tipo de financiamento. De acordo com o Gráfico nº4, destacam-se os recursos provenientes dos municípios (63%) para operacionalização das ações efetivadas pelas ONGs.



Fonte: ETSul (FIJO, 2010).

A prevalência dos recursos públicos municipais se deve ao fato de que a gestão das políticas sociais (assistência social, educação e saúde, por exemplo) ocorre de forma descentralizada e se efetiva no âmbito municipal. Além disso, quase metade dos respondentes afirmou receber doações de empresas privadas (47%), pessoas físicas (47%) e, também, recursos próprios (47%) revelando a importância dos recursos privados para a movimentação do setor. Destaca-se que uma mesma entidade pode receber recursos provenientes da esfera pública ou de fontes privadas.

As reflexões referentes aos dados quantificados, preliminarmente, a partir do ETSul, sinalizam para a complexidade desta tarefa, ao mesmo tempo em que esta nos parece urgente e necessária. Apenas considerando os dados prevalentes apresentados é possível delinear um perfil

destas organizações. São elas, em sua maioria, registradas juridicamente como associações (83%), sendo que 70% do total de entidades estudadas desenvolvem a Política de Assistência Social. O público beneficiado de maior expressão são os portadores de necessidades (4.831 pessoas), seguido das crianças, adolescentes e jovens. Sobre os recursos financeiros, a maior parte é oriunda de recursos públicos municipais o que demarca a participação do Estado no repasse de verbas para que estas organizações efetivem diferentes políticas públicas.

Evidencia-se então, entre o Estado e as organizações pesquisadas, o compartilhamento de responsabilidades na condução das políticas públicas. Sendo assim, delinear as responsabilidades de cada parte envolvida é um aspecto que devemos ter em mente no momento em que estamos realizando um trabalho de investigação, monitoramento e avaliação das ações desenvolvidas pelas organizações do Terceiro Setor. Precisamos saber mensurar, do ponto de vista qualitativo e quantitativo, os benefícios e os impactos que as ações do setor geram para a sociedade por meio da implementação de seus projetos, programas e políticas sociais.

Considerações Finais

Com base no que foi exposto até o momento e como perspectiva de atuação do OTS, temos além da continuidade do ETSul, o desenvolvimento das análises e da socialização das informações que dizem respeito aos impactos sociais do trabalho realizado pelas organizações e, para isto, elencamos alguns indicadores embasados na concepção de Tecnologia Social, que subsidiarão as análises qualitativas, tais como: compromisso com a transformação social, identificação de necessidades e demandas sociais, utilização de metodologias participativas no modo de gestão, fortalecimento da democracia e da participação cidadão dos atores envolvidos e beneficiados; preocupação com a sustentabilidade, de reaplicação em outras localidades, relevância social da tecnologia e grau de inovação, entre outros.

Paralelamente, a atuação no campo da formação permitirá ampliar as possibilidades de articular as demandas dos atores desse setor com as possibilidades de socializar e/ou construir os conhecimentos necessários para qualificar a atuação do mesmo. E, também, avançar na articulação da Fundação com a universidade, traduzindo demandas do setor para o ensino, a pesquisa e a extensão, com o intuito de favorecer o círculo virtuoso entre a sociedade e a universidade.

E, ainda, na articulação com diferentes atores, oriundos da esfera pública e privada, que possuam o interesse comum de fazer avançar um modelo de gestão social emergente em que, efetivamente, as políticas públicas sejam colocadas como uma agenda coletiva da sociedade como um todo. Nesse modelo, ressalta-se o protagonismo do Estado na condução dessas políticas, assim como a parceria da sociedade civil organizada que vem atuando na operacionalização das mesmas, mas que se encontra desafiada a se apropriar dos espaços de deliberação e controle social, cumprindo de forma mais efetiva com o seu papel. Para tanto, a transparência e a qualificação dessas organizações são requisitos fundamentais para o reconhecimento do seu interesse público.

As tendências e perspectivas do OTS consideram os anseios e necessidades que estão sendo trazidas pelas organizações do Terceiro Setor nos espaços intuídos na FIJO, a saber: as

reuniões do Fórum da RTS no Rio Grande do Sul, os ciclos de debates, o Curso de Especialização de Gestão no Terceiro Setor, entre outros. Para a gestão do OTS nossa intenção é avançar na deflagração de processos participativos e criar espaços compartilhados de reflexão crítica e formação dos atores do Terceiro Setor, construindo coletivamente os caminhos a serem trilhados, por meio do diálogo entre os saberes populares e os saberes acadêmicos. Esse modelo de gestão se viabilizará, a partir da constituição de um Colegiado de Gestão do OTS, formado por representantes dos três setores, que terão o desafio de contribuir com o planejamento futuro do mesmo, permitindo que a construção democrática e participativa possa ser um dos pilares da gestão do OTS.

Por fim, a sinergia existente entre os eixos de atuação do OTS e o modelo de gestão que o ancora, nos permitem afirmar que a iniciativa de implementação do mesmo poderá contribuir, efetivamente, com a qualificação da gestão das políticas públicas. Para tanto, o compromisso com o conhecimento socialmente responsável e com a consolidação da esfera pública são os principais elementos que alicerçam a concepção e a prática dessa experiência inovadora no contexto das organizações de Terceiro Setor.

Referências

- BORDIN, Érica Monteiro do Bomfim. **A gestão social no contexto das organizações da sociedade civil: desafios para efetivação da cidadania**. Porto Alegre: PPGSS/FSS/PUCRS, (Dissertação de Mestrado), 2009.
- BRASIL, Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome - MDS; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE. **As Entidades de Assistência Social Privadas sem Fins Lucrativos no Brasil**. IBGE, Rio de Janeiro, 2007.
- FREIRE, Paulo. **Política e Educação. Coleção: Questões da nossa época. 7. Edição. São Paulo: Cortez Editora, 2003.**
- FUNDAÇÃO IRMÃO JOSÉ OTÃO. **Planejamento Estratégico 2008-2010**. Porto Alegre, 2008.
- MACIEL, Ana Lúcia Suárez e FERNANDES, Rosa Maria Castilhos. **Requisições para o trabalho dos assistentes sociais**. Porto Alegre: GRATURCK, 2009.
- _____. **Planejamento da Área de Desenvolvimento Social da Fundação Irmão José Otão**. Porto Alegre, 2009.
- _____. **Projeto de Implantação do Observatório do Terceiro Setor na Fundação Irmão José Otão**. Porto Alegre, 2009.
- _____. **Dados preliminares do ETSul**. FIJO, Porto Alegre, 2010.
- MARTINELLI, Maria L. **Pesquisa Qualitativa – Um Instigante Desafio**. SP: Veras, 1999.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2006.
- PEREIRA, Potyara. **Política Social: Temas e Questões**. São Paulo: Cortez, 2008.
- RIO GRANDE DO SUL. **Lei da Solidariedade. Lei nº11.853, 2002.**
- REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL-RTS. **Mostra de Tecnologias Sociais. 2ª Conferência Internacional de Tecnologias Sociais. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.rts.org.br/rts/eventos/2a-conferencia-internacional-de-tecnologia-social>.**
- SPALDING, Érika. **Distinção Essencial entre Fundação e Associação e Algumas de suas Conseqüências**. Disponível em: < <http://www.fundata.org.br/Artigos%20-%20Cefeis/08%20->

[20DISTIN%C3%87%C3%83O%20ESSENCIAL%20FUND-ASSOC.pdf](#)>. Acesso em 23 de Fev de 2010.

VIDAL, Pau. **La crisis y el Tercer Sector: una oportunidad para la transformación social.** Una visión a partir del Consejo Asesor de Investigación del OTS, Barcelona, 2008. Disponível em: www.tercersector.net.

ⁱ A referida Lei cita que: “Fica instituído o Programa de Apoio à Inclusão e Promoção Social, integrado por entidades e organizações de assistência social da sociedade civil, por empresas e pela Administração Pública Estadual, visando ao desenvolvimento de ações de inclusão e promoção social e ao incentivo e à articulação das referidas ações, mediante adoção de mecanismos de parceria e colaboração (Artigo 1º, Lei Nº11.853, 2002).

ⁱⁱ A Micro Região de Porto Alegre compõe os seguintes municípios: [Alvorada](#), [Araricá](#), [Cachoeirinha](#), [Campo Bom](#), [Canoas](#), [Eldorado do Sul](#), [Estância Velha](#), [Esteio](#), [Glorinha](#), [Gravataí](#), [Guaíba](#), [Mariana Pimentel](#), [Nova Hartz](#), [Nova Santa Rita](#), [Novo Hamburgo](#), [Parobé](#), [Porto Alegre](#), [São Leopoldo](#), [Sapiranga](#), Sapucaia do Sul, [Sertão Santana](#) e [Viamão](#).